

94
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0298721-7

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Josilda Leopoldina G. Leal

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESÍDIA ATRIBUÍDA À FAZENDA PÚBLICA. INCIDÊNCIA DO ART. 219, § 5º, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA.

1. Registrou-se que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 2. Na hipótese dos presentes autos, verificou-se que, apesar de distribuído em 21.12.2001, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 16.12.2010, quase nove anos após sua distribuição. 3. Restou evidente a desídia da Fazenda exeqüente em ver seu crédito tributário satisfeito, eis que a execução fiscal só foi materializada quase nove anos após a sua distribuição. 4. Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exeqüente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80. 5. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor, todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ, *na prática*, levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*. 6. Como a demora para com a citação foi imputada ao credor exeqüente, concluiu-se que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exeqüente, até a materialização dos autos, em 2010, quando já se havia ultimado a prescrição de todos os créditos tributários objeto desta execução. 7. Apelo voluntário improvido, em ordem a manter a sentença proferida na instância *a quo*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0298721-7, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de *mmw* de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0298721-7

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Josilda Leopoldina G. Leal

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Município do Recife** contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Comarca do Recife, nos autos da **Execução Fiscal nº 001.2001.042023-2**, que, julgando procedente o pleito objeto da exceção de pré-executividade, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo a IPTU e Taxas Imobiliárias, nos seguintes termos:

Pelo exposto, ACOLHO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE suscitada pelo devedor (fls. 04/14), e à luz do art. 174 do Código Tributário Nacional, c/c o art. 156, inciso V, do CTN, DECLARO A EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS representados pela CDA de fls. 03, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO e, por via de consequência, DECRETO a extinção do presente processo de execução fiscal, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Pela sucumbência, condeno o Município do Recife Exeqüente no pagamento de honorários advocatícios que fixo em R\$1.000,00 (um mil reais), considerando que a causa não envolveu grande complexidade, nos termos do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil.

Aguarde-se o prazo de interposição do recurso voluntário. Em seguida, sendo o débito tributário atualizado superior a 60 (sessenta) salários mínimos, subam os autos para reexame obrigatório (art. 475, § 2º, do CPC).

Em retrospecto, observo que, após a distribuição virtual do feito em 21.12.2001, foi determinada a citação do executado em despacho proferido às fls. 02 dos autos.

A atual possuidora do imóvel, Sra. Ana Virgínia Vieira Siqueira, opôs exceção de pré-executividade, na qual sustenta que teria ocorrido a prescrição do crédito tributário, tendo em vista que *“o crédito do IPTU é definitivamente constituído a cada dia primeiro de janeiro do exercício respectivo”*, ou seja, *“os créditos tributários do imóvel, correspondente aos exercícios de 1996, 1997, 1998 e 1999 restaram definitivamente constituídos, respectivamente, nas datas de 01º de janeiro de 1996, 01º de janeiro de 1997 e 01º de janeiro de 1998 e 01º de janeiro de 1999 quando teve início a contagem dos respectivos prazos prescricionais de cinco anos”*, conforme art. 16 c/c art. 31, do Código Tributário Municipal.

Em seguida, instada a falar em despacho às fls. 30, datado de 27.08.2012, a Fazenda exeqüente se manifestou acerca da exceção de pré-executividade, em 11.09.2012, argumentando, preliminarmente, que: (i) *“o imóvel em questão está cadastrado no Cadastro Imobiliário do Município do Recife em nome da antiga*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

executada, Sr. Josilda Leopoldina Gomes Lea”, no entanto, “*não resta dúvida que nasce para a excipiente a sua qualidade de proprietário do bem imóvel pela cadeia de transmissão formada*”; (ii) a excipiente responde “**solidariamente pela obrigação tributária decorrente**” do não cumprimento da obrigação acessória relativa à atualização junto ao CADIMMO quanto à sua condição de atual proprietária do imóvel em tela (art. 35, do Código Tributário do Município do Recife), devendo, neste caso, a execução fiscal ser redirecionada para a mesma; (iii) há “*impossibilidade jurídica de ser oferecida Exceção de Pré-Executividade em sede de Execução Fiscal (Art. 16, § 3º, da Lei n.º 6.830/80)*”; (iv) o tema “*suscitado na presente exceção de Pré-executividade é matéria de mérito (prescrição) e somente pode ser conhecido em sede de embargos à execução fiscal*”; e, no mérito, (v) a “*Execução Fiscal indicada reporta-se à cobrança de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa em Janeiro de 1996, Janeiro de 1997, janeiro de 1998 e janeiro de 1999 – quatro exercício - (fl. 03), tendo sido distribuída, tempestivamente, em 10 de dezembro de 2001, com a juntada de todos os documentos e indicações de elementos necessários, revelando a Fazenda Pública esforços e diligências na satisfação do crédito*”(vi) “*a exequente deu efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabendo ao Poder Judiciário – dentro de suas possibilidades – o cumprimento do impulso oficial*”; (vii) “*Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência*”; (viii)

A Secretaria da Vara informou (certidão às fls. 46) que, “*a presente Execução Fiscal foi distribuída na forma virtual em 21/12/2001, permanecendo na Procuradoria da Fazenda Municipal*” até 16/12/2010, quando foi enviado a 2º Vara das Execuções Fiscais Municipais da Capital.

Ato contínuo, em 02.01.2013, foi proferida sentença reconhecendo, de ofício, a prescrição intercorrente.

O Município do Recife interpôs recurso de apelação (fls. 50/60), pugnando pela reforma da sentença, alegando, em suma, que: (i) a demora na citação se deu por mecanismos inerentes à Justiça (Súmula 106 do STJ), bem como, pela “*própria adquirente do imóvel, que não atualizou o cadastro imobiliário municipal*”; (ii) “**nenhuma diligência ficou a cargo da Municipalidade, já que não foi intimada para impulsionar o feito, diante do aguardo meramente de providências judiciais**” (grifos no original); (iii) “*O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial*” (art. 262); requerendo, ao final, o “*redirecionamento da execução para a Sra. ANA VIRGÍNIA VIEIRA SIQUEIRA, atual proprietária do imóvel, a qual já foi devidamente citada, mediante comparecimento espontâneo aos autos*”.

A Fazenda exequente, em petição protocolada em 19.02.2013, juntada às fls. 64/65, requereu a juntada da CDA nº 1.01.502918.0, reemitida em nome de ANA VIRGÍNIA VIEIRA SIQUEIRA.

Em contra-razões às fls. 67/81, protocolada em 25.02.2013, pugnou a atual proprietária do imóvel, originário da CDA em questão, pela manutenção da sentença em todos os seus termos, “*inclusive no que tange a condenação dos honorários advocatícios sucumbenciais*”, posto que: (i) “*consoante convênio de*





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

902

cooperação firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura da Edilidade recorrente, os processos são digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle até a emissão do mandado citatório, pertence exclusivamente à Prefeitura do Recife, não havendo que se falar na Súmula 106, do STJ; (ii) “a presente Execução Fiscal foi distribuída na forma virtual em 21/12/2001, permanecendo na Procuradoria da Fazenda Municipal e só enviado a esta vara em 16/12/2010, conforme informação do sistema JUDWIN”; (iii) “o caso em discussão está PRESCRITO, uma vez que o processo ficou paralisado por mais de 5 (cinco) anos por negligência da parte exequente em adotar medidas concretas para obter êxito no processo executivo”; (iv) na “condição de nova possuidora deste imóvel a Sra. Ana Virgínia Vieira Siqueira (...) quando tomou ciência da situação do imóvel, em decorrência do seu divórcio, compareceu espontaneamente aos autos, advogando em causa própria e impulsionando o processo paralisado a quase 1 (década) por desídia da Apelante”; (v) “o despacho judicial que ordenar a citação não interrompe a prescrição”, ou seja, no caso “somente a citação válida tem esse efeito, devendo prevalecer o disposto no artigo 174 do CTN sobre o artigo 8º da lei 6.830/80”. (grifos no original)

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 08 de março de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0298721-7

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Josilda Leopoldina G. Leal

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Registro, de início, que os créditos tributários em exame foram constituídos, mediante lançamento de ofício, nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999 e a ação iniciada virtualmente no ano de 2001, sendo proferida a sentença em 02.01.2013, com o reconhecimento da prescrição dos créditos tributários em tela.

Sucedee que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Na hipótese dos autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 21.12.2001, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 16.12.2010, quase nove anos após sua distribuição (cf. certidão às fls. 46).

É evidente, pois, a desídia da Fazenda exeqüente em ver seu crédito tributário satisfeito, eis que a execução fiscal só foi materializada quase nove anos após a sua distribuição.

Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exeqüente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

Neste sentido, tenho por aplicável, por identidade de fundamento, o seguinte precedente do STJ:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE.

1. Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no art. 219, § 5º do CPC (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. O regime do § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente nele indicadas. Precedentes de ambas as Turmas da 1ª Seção.

2. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. REsp 1.100.156-RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe. 18.06.2009

Ap 0298721-7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ *na prática* levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*.

Neste caso, como visto, a demora para com a citação é imputável ao credor exeqüente. Logo, impende concluir que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exeqüente, até a materialização dos autos, em 2010, quando já se havia ultimado a prescrição de todos os créditos tributários objeto desta execução.

Com esses fundamentos, **nego provimento ao recurso de apelação**, em ordem a manter a sentença proferida na instância *a quo*.

Recife, 27 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator